

Eurides Brito ex-secretária de Educação do Distrito Federal argumenta em seu artigo, no **Jornal de Brasília**, do dia 29 de maio, que o Programa Bolsa-Escola não é eficaz para resolver os problemas de Educação e pobreza no Distrito Federal. Antes de mais nada, confunde os objetivos do Programa Bolsa-Escola ao dizer que ele pretende ser a solução para os problemas que afetam o ensino básico no Brasil, a descoberta do "elixir milagroso que poderá representar a solução para a combatida educação brasileira". Nunca houve esta pretensão ingênua diante dos problemas da educação no Brasil. A Bolsa-Escola objetiva e já permite a democratização do acesso à escola a uma expressiva parcela das crianças e famílias carentes do Distrito Federal.

A professora Eurides Brito sugere que para a educação "o grande drama não é a evasão ou a necessidade de trabalhar". Para a pobreza, o programa de renda mínima seria o mais adequado. Chega a essas conclusões por meio de alguns dados do censo educacional de 1991 (MEC e IBGE).

Para leitores mais desavisados, a estrutura lógica do artigo da ex-secretária pode convencer. Entretanto, vejamos a manipulação dos dados. O tratamento de problemas específicos como é o caso do público que é atendido pela Bolsa-Escola deve ser baseado em dados também específicos. Falar que o Distrito Federal não tem problemas de evasão escolar e inserção precoce no mercado de trabalho desde 1990 é, no mínimo, mascarar a realidade, por meio de uma

leitura falaciosa dos dados estatísticos.

A falácia consiste em tirar conclusões de dados agregados sobre uma população heterogênea, com um altíssimo nível de desigualdade. A taxa de evasão escolar não é a mesma para todos os elementos de uma população. É conhecido amplamente na literatura que essa taxa aumenta progressivamente quanto menor o nível de renda. O mesmo vale para a taxa de participação das crianças no mercado de trabalho. Neste sentido, a taxa de evasão entre as crianças das famílias de mais baixa renda, as beneficiadas pelo programa, é muito mais elevada. Da mesma forma, a ex-secretária tenta mostrar que a taxa de participação no mercado de trabalho de crianças de sete a 14 anos é de apenas 5,5%. Será que apenas 5,5% das crianças pobres do Distrito Federal estavam no mercado de trabalho, seja formal ou informal, no ano de 1990?

Ao longo de todo o artigo, Eurides apegar-se a dados vinculados à matrícula. Ora, é sabido que o objetivo da Bolsa-Escola vai além da simples matrícula, pretende garantir a frequência do aluno, mantê-lo em sala de aula. No passado, as salas iniciavam o ano cheias e terminavam vazias, inclusive no famigerado turno da fome implementado no governo passado, que obviamente não é o melhor exemplo de qualidade na Educação. Dados de matrícula não permitem fazer qualquer inferência sobre evasão e frequência de uma população educacional, muito menos de seus estratos mais pobres.

É evidente que uma boa educação básica não é suficiente para o

combate à pobreza. Contudo, isso não serve de argumento para consolidar e dar razão ao nada fazer. Com este argumento não é possível invalidar a Bolsa-Escola. É consenso entre os pesquisadores que há uma correlação entre capital educacional, nível de renda e melhoria das condições de vida material. Portanto, uma política educacional, que não se restringe à qualidade, deve promover o acesso universal à escola. Esta é uma das mais conhecidas normas da vida moderna. A universalização do ensino. Sem a Bolsa-Escola 9.632 crianças estariam trabalhando para complementar a renda familiar, hoje, no Distrito Federal, perdendo o direito de capitalizar-se para o trabalho qualificado.

A qualidade de ensino faz parte de outros programas do governo de Cristovam Buarque, entre eles, a revitalização da Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (EAPE), o fim do turno da fome, a valorização salarial e a contratação de novos professores e o projeto "Vira Brasília" com a alfabetização de cerca de 14 mil crianças, jovens e adultos só no ano passado.

Ao contrário do argumento central da ex-secretária, não há dilema entre a Bolsa-Escola, como uma política de universalização do acesso à escola, e programas de qualidade no ensino. Na verdade, são ações de governo sempre complementares, que elegem a educação como o principal, mas não a única estratégia de combate à pobreza e à exclusão social.

■ Carlos Henrique Araújo é mestre em Sociologia; Eliezer Lopes é mestrando em Economia.